

15.1 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

27 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho de Direcção, *João Paulo Barata Catarino Tavares*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho (extracto) n.º 16 309/2006

Por despacho do director-geral de 23 de Junho de 2006, foi Adélia da Conceição Rodrigues Vieira de Castro, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Predial da Trofa, transferida para idêntico lugar da Conservatória do Registo de Automóveis do Porto (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 16 310/2006

Por despacho de 6 de Julho de 2006 do director-geral:

Foi a licenciada Carla Cristina Marques Santos Costa Gonçalves, conservadora dos Registos Civil e Predial de Arruda dos Vinhos, a exercer funções em regime de requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, nomeada para o lugar de conservadora interina do Registo Predial de Palmela.

Foi a licenciada Cidália Maria Vieira da Silva, conservadora do Registo Civil de Santo Tirso, nomeada para o lugar de conservadora do Registo Civil da Maia e exonerada à data da posse no novo lugar.

Foi o licenciado José Alexandre Gonçalves Coelho, conservador do Registo Predial de Estremoz, a exercer funções em regime de requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, nomeado para o lugar de conservador do Registo Predial de Lagos e exonerado à data da posse no novo lugar.

Foi o licenciado José António Dias Pestana, conservador auxiliar da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, nomeado para o lugar de conservador interino da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra.

Foi a licenciada Luísa Maria Fé Alves Caçote, conservadora auxiliar da Conservatória do Registo Predial de Barcelos, nomeada para o lugar de conservadora do Registo Predial de Barcelos e exonerada à data da posse no novo lugar.

Foi a licenciada Maria Arminda Homem Rebelo, conservadora do Registo Civil do Seixal, a exercer interinamente as funções de conservadora auxiliar da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa, nomeada para o lugar de conservadora da 1.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa e exonerada à data da posse no novo lugar.

Foi a licenciada Maria Elisabete Ruivo Gaspar, conservadora do Registo Predial de Santarém, nomeada para o lugar de conservadora interina da 3.ª Secção da Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa.

Foi a licenciada Maria José Lopes Rodrigues Luís, conservadora da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada, a exercer interinamente as funções de conservadora da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Oeiras, nomeada para o lugar de conservadora interina da 7.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 16 311/2006

Por despacho do director-geral de 6 de Julho de 2006, foi Maria Elisabete Ferreira de Castro, segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Valença, transferida para idêntico lugar da Conservatória do Registo Comercial e de Automóveis de Braga (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 16 312/2006

Por meu despacho de 29 de Junho de 2006, foi o licenciado Paulo Jorge António Barreto, inspector de finanças principal da carreira de inspecção do quadro da Inspecção-Geral de Finanças, nomeado, em regime de substituição, chefe de divisão de Gestão e Administração Financeira do quadro deste Instituto, com efeitos a 1 de Julho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 16 313/2006

Por meu despacho de 10 de Julho de 2006, foi rescindido, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento, com efeitos a 22 de Julho de 2006, de Maria Alice Sonipa de Faria. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 16 314/2006

Por meu despacho de 20 de Junho de 2006, no uso de competência delegada, foi autorizado o regresso da situação de licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional, com efeitos a 1 de Julho de 2006, a Maria João de Sousa Mendes Correia Morais Tristão, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal deste Instituto. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 315/2006

Ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada em comissão de serviço, por três anos, a licenciada Carla Sofia Baptista Reis Santos no cargo de vice-presidente do Instituto Geográfico Português.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional da nomeada e na reconhecida aptidão da mesma para o desempenho das funções inerentes ao cargo, conforme demonstra o respectivo currículo, que se publica em anexo ao presente despacho.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 26 de Junho de 2006.

6 de Julho de 2006. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Carla Sofia Baptista Reis Santos

Curriculum académico

Licenciada em Direito (1992), pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pós-graduada em Estudos Europeus (1995), pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, habilitada com o Certificate of Proficiency in English e First Certificate in English, ambos da Universidade de Cambridge, detentora de formação profissional nas áreas de finanças públicas, recursos humanos, aquisições de bens e serviços, empreitadas de obras públicas, auditoria, informática, contabilidade, gestão patrimonial, direito internacional e comunitário, modernização administrativa, ambiente, ordenamento do território, etc., sendo ainda detentora do curso de formação de formadores certificado pelo IEFP e do estágio profissional promovido pela Ordem dos Advogados.

Curriculum profissional

Iniciou funções na Administração Pública em 20 de Março de 1996, na Inspecção-Geral de Finanças — carreira de inspecção de alto nível, detendo actualmente a categoria de inspectora de finanças principal desde Novembro de 2000.

De 7 de Fevereiro de 2006 até ao presente — Directora de serviços de Monitorização Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, compreendendo a Divisão de Monitorização Ambiental e a Divisão de Laboratórios.

De 13 de Dezembro de 2004 a 6 de Fevereiro de 2006 — Vice-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, tendo à sua responsabilidade o Gabinete Jurídico e de Auditoria e a Direcção de Serviços de Recursos Humanos e Financeiros.

De 24 de Abril de 2003 a 16 de Julho de 2004 e de 17 de Julho a 12 de Dezembro de 2004 — Assessora, equiparada a adjunta, do Ministro da Administração Interna, dos XV e XVI Governos Constitucionais, tendo sido requisitada à Inspeção-Geral de Finanças, com efeitos a 24 de Abril de 2003 e 17 de Julho de 2004, respectivamente. Nesse âmbito, exerceu funções junto do comando da Guarda Nacional Republicana, prestando assessoria em áreas diversificadas, das quais se destaca a preparação de diplomas legais, negociação e preparação de acordos internacionais, apoio ao funcionamento em áreas diversas — pessoal, finanças, protecção e conservação da natureza, operações, investigação criminal, relações públicas e internacionais.

De 20 de Março de 1996 a 23 de Abril de 2003 — Inspectora de finanças principal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, tendo desenvolvido a sua actividade na área do controlo da gestão pública (ex-Inspeção de Serviços Públicos), participando na realização de trabalhos de diversa tipologia em organismos públicos, visando o controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira.

De Outubro de 1992 a 19 de Março de 1996 — Advogada, tendo realizado o estágio pela Ordem dos Advogados. Patrocinou processos nas áreas do Direito do Trabalho, Comercial, Civil, Penal e Administrativo. Consultora da Fundação Luís António Verney. Concomitantemente, tem desenvolvido a actividade de formadora profissional, tendo monitorizado acções de formação em diversos organismos públicos e empresas privadas.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 16 316/2006

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 909/2006 (2.ª série), de 17 de Maio, do presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, subdelego na licenciada em Finanças Isabel Maria Laranjeira Simões da Silva Cordeiro Ferreira, directora dos Serviços Gerais, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

Autorizar despesas com empreitadas e com a locação e aquisição de bens e serviços a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 25 000, desde que inscritas em plano de actividades ou planos parcelares;

Superintender na elaboração da conta de gerência;

Assinar pedidos de libertação de créditos (PLC) às competentes delegações da Direcção-Geral do Orçamento;

Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, transferências de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica;

Assinar requisições oficiais de estampilhas para as bebidas espirituosas não víquicas à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

2 — O presente despacho ratifica todos os actos praticados, no âmbito dos poderes subdelegados, pela supra-referida dirigente entre 17 de Maio de 2006 e a data da publicação do presente despacho.

14 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente, *Francisco Dias Lopes*.

Despacho n.º 16 317/2006

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, delego, relativamente ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 13 de Março de 2006, na licenciada Isabel Maria Laranjeira Simões da Silva Cordeiro Ferreira, directora dos Serviços Gerais da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar despesas com empreitadas e com a locação e aquisição de bens e serviços a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 25 000, inscritas em plano de actividades ou planos parcelares;

b) Superintender na elaboração da conta de gerência;

c) Assinar pedidos de libertação de créditos (PLC) às competentes delegações da Direcção-Geral do Orçamento;

d) Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, a transferência de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica;

e) Assinar requisições oficiais de estampilhas para bebidas espirituosas não víquicas à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

2 — Ratifico os actos previstos no n.º 1 praticados no período compreendido entre 1 de Janeiro e 17 de Maio de 2006 pela supra-referida dirigente.

17 de Julho de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PISCAS

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho (extracto) n.º 16 318/2006

Nos termos dos artigos 27.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e por despachos de 18 e de 21 de Julho de 2006, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais, da Direcção-Geral dos Recursos Florestais do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do director regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho, é autorizada a requisição pelo período de um ano, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2006, da técnica profissional de 1.ª classe Maria da Conceição Magalhães Teixeira, ficando a prestar serviço na Circunscrição Florestal do Norte. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Julho de 2006. — O Director de Serviços, *Paulo Freitas*.

Despacho (extracto) n.º 16 319/2006

Nos termos dos artigos 27.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e por despachos de 31 de Maio e de 27 de Julho de 2006, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais, da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e do presidente do Instituto da Conservação da Natureza, é autorizado o destacamento do técnico de 1.ª classe Manuel Luís Costa Correia Rainha. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Julho de 2006. — O Director de Serviços, *Paulo Freitas*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

Despacho (extracto) n.º 16 320/2006

Por despacho de 6 de Junho de 2006 do presidente do INIAP e sob proposta da comissão coordenadora do conselho científico do ex-INIA, reunida em 5 de Junho de 2006, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, conjugado com o n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, foi nomeado o seguinte júri *ad-hoc* de verificação das condições de acesso à categoria de investigador principal requeridas pelo investigador auxiliar José Manuel Bento Santos Silva, na área científica de Sistemas e Técnicas de Produção Animal, com a composição a seguir indicada:

Presidente — João Manuel de Carvalho Ramalho Ribeiro, investigador-coordenador, EZN.

Vogais:

Investigador-coordenador Carlos Alberto Gonçalves Carmona Belo, EZN.

Professor catedrático José Manuel Abreu, aposentado, Universidade do Porto.

Professor catedrático Jorge Azevedo, UTAD.

Professor catedrático Luís Manuel Ferreira, FMV/UTL.

6 de Junho de 2006. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Teresa Gonçalves*.